



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA  
SECRETARIA-EXECUTIVA  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE LOGÍSTICA INSTITUCIONAL  
COORDENAÇÃO DE PATRIMÔNIO  
DIVISÃO DE CONTROLE PATRIMONIAL E ALMOXARIFADO

**NOTA TÉCNICA Nº 27/2026/DICP-CPAT/CPAT/CGLI/SPOA-  
MAPA/SE/MAPA**

**PROCESSO Nº 21000.060752/2025-66**

**INTERESSADO: COORDENAÇÃO DE PATRIMÔNIO, COORDENAÇÃO GERAL DE  
LOGÍSTICA INSTITUCIONAL**

**1. ASSUNTO**

1.1. Trata-se da análise da impugnação interposta pela empresa **MILANFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA**, disponível nos autos nomeadamente de Pedido de Impugnação - MILAN (SEI nº 50334311), em face do Edital do **Pregão Eletrônico nº 90002/2026**, cujo objeto é a aquisição de bens móveis permanentes (mesas, armários e afins) para o atendimento das necessidades de adequação de espaços físicos do MAPA, MPA e MDA.

1.2. A análise desta Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) restringe-se ao **mérito** das questões técnicas suscitadas, considerando o Termo de Referência e os normativos aplicáveis, abstraindo-se, para fins deste parecer, do exame de tempestividade e legitimidade, competência afeta ao pregoeiro.

**2. DA ANÁLISE**

2.1. De forma objetiva, esta Equipe de Planejamento da Contratação visa responder aos questionamentos do impugnante, conforme transcrito abaixo:

***"Os requisitos essenciais à contratação não devem ser excessivos ou demasiadamente específicos, para não restringir a competição, garantindo assim a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, alinhada às premissas de sustentabilidade, qualidade e eficiência.***

***Ao solicitar a apresentação de documentos excessivos, este órgão limita a participação de diversas empresas aptas e interessadas em participar do certame. Ressalta-se ainda que inserir no instrumento convocatório exigências restritivas sem qualquer justificativa plausível, vai contra o princípio da competitividade e acaba prejudicando o certame. O agente público não pode estabelecer restrições que contrariem o interesse público.***

***É importante destacar que, de acordo com a Lei 14.133/2021, qualquer exigência técnica que possa restringir a competitividade deve ser acompanhada de uma justificativa clara e bem fundamentada sobre a necessidade dessa exigência.***

***Por isso, nesta impugnação, solicitamos que a documentação exigida nas alíneas f, g e m, sejam retirados do Edital. Isso porque, para este certame já estão sendo exigidos diversos documentos técnicos, e ao apresentar esses documentos, a empresa participante mostra que***

***possui capacidade de produzir e entregar produtos de qualidade para esta administração."***

2.2. Em que pese a solicitação de exclusão das alíneas **f, g e m** do Anexo III, reproduzimos o conteúdo dos referidos itens e passamos à análise técnica e jurídica que fundamenta sua manutenção:

I - **"f. Relatório de Ensaio emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro, de acordo com a norma técnica ASTM D1308 - Ensaio para determinação do efeito de produtos químicos domésticos, Período 10h: Água destilada, destilada, quente.- Álcool Etílico (50% fria.- Água volume).- Vinagre (3% de ácido acético).- Solução de sabão.- Solução detergente.- Frutas.- Óleos e Gorduras - Manteiga, margarina, banha, gordura vegetal, óleos vegetais, etc.- Condimentos - ketchup (ketchup) e mostarda.- Bebidas - café, chá, cacau. (Madeira):"**  
A exigência de apresentação de laudo técnico de conformidade com a norma **ASTM D1308** justifica-se pela necessidade de garantir a **estabilidade química e a vida útil** do revestimento aplicado."

II - **"g. Relatório de Ensaio emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro, de acordo com a norma técnica ASTM D1308 - Ensaio para determinação do efeito de produtos químicos domésticos, Período 10h: Água destilada, destilada, quente.- Álcool Etílico (50% fria.- Água volume).- Vinagre (3% de ácido acético).- Solução de sabão.- Solução detergente.- Frutas.- Óleos e Gorduras - Manteiga, margarina, banha, gordura vegetal, óleos vegetais, etc.- Condimentos - ketchup (ketchup) e mostarda.- Bebidas - café, chá, cacau. (Madeira); Apresentar de para todos os itens o Certificado de Conformidade de processo preparação e pintura em superfícies metálicas atestado por OCP com avaliação mínima às normas ABNT NBR 4628-3:2015, 8094:1983, 9209:1886, 11003:2010, 14847:2002, 14951-1:2018, 8095:2015, 15156:2015, 15158:2016, 15185:2004, 10443:2008, ASTM D 523:2014, ASTM D 523:2014, ASTM D 3359:2017, ASTM D 3363:2011, ASTM D 7091:2013, ASTM D 2794:2010, JIS-Z 2801:2010, Norma 2794/2010, Norma 7091/2013 Norma 10545/2014."**

III - **"m. Apresentar Certificado atestado de qualificação NBR 15761:2009, NBR 14.810:2018 e NBR 15.316:2019 para madeira e revestimento;"**

2.3. **Análise Técnica:** Quanto às alíneas **f e g**, os ensaios baseados na norma **ASTM D1308** são indispensáveis para comprovar que as superfícies possuem resistência **satisfatória** contra agentes manchantes e reagentes químicos de uso comum. Tais exigências visam prevenir falhas prematuras, como alteração de cor, perda de brilho ou degradação da película, riscos que comprometeriam a integridade do patrimônio público e a padronização estética do projeto.

No que tange à alínea **g**, a exigência de Certificado de Conformidade de Processo (OCP) para superfícies metálicas justifica-se pela criticidade das etapas de fosfatização e pintura. A observância às normas citadas (NBR 8094, 11003, ASTM D2794, e demais) é a única garantia de proteção anticorrosiva e aderência, elementos vitais para a estrutura do bem.

Já em relação à exigência contida na letra **m** (NBR 15.761:2009, NBR

14.810:2018 e NBR 15.316:2019), esta fundamenta-se na segurança, durabilidade e salubridade. Tais normas regulam propriedades físico-mecânicas críticas e o controle de emissão de formaldeído, garantindo um ambiente de trabalho seguro e saudável.

2.4. **Fundamentação Jurídica e Defesa da Competitividade:** O respaldo para tais exigências encontra-se nos princípios da **Eficiência e da Economicidade (Art. 5º da Lei nº 14.133/2021)**. O múnus público impõe que a Administração busque não apenas o menor preço nominal, mas a maior durabilidade e o melhor ciclo de vida útil do objeto.

A exigência de laudos e certificados não configura barreira à competitividade, mas sim o estabelecimento de **critérios objetivos de aceitabilidade**, conforme autoriza o **Art. 42, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**. As normas referenciadas são de conhecimento público e amplo domínio dos fabricantes do setor, sendo perfeitamente reproduzíveis por diversos laboratórios acreditados. Portanto, não se privilegia um fornecedor específico, mas assegura-se que todos os proponentes entreguem um produto com o desempenho mínimo necessário para a finalidade pública não se trata de uma exigência "**exclusiva**", mas do cumprimento de normas técnicas brasileiras vigentes que padronizam o setor.

A ausência de tais critérios permitiria a aquisição de produtos de qualidade ínfima, resultando em prejuízo ao erário por manutenções precoces. Portanto, a exigência é proporcional ao risco e garante o tratamento isonômico, submetendo todos os licitantes ao mesmo rigor técnico. Tal entendimento é corroborado pelo **TCU (Acórdão 2401/2006 - Plenário)**, que considera legítima a exigência de certificações para assegurar o desempenho do bem.

Por fim, esclarece-se que serão aceitos laudos emitidos por laboratórios acreditados ou profissionais legalmente habilitados, desde que apresentem metodologia adequada e a devida responsabilidade técnica.

### 3. CONCLUSÃO

3.1. A manifestação técnica restringiu-se ao exame do mérito dos questionamentos, à luz do Termo de Referência, de seus anexos e dos normativos aplicáveis, não abrangendo aspectos relativos à tempestividade e legitimidade.

3.2. Da análise realizada, concluiu-se que as exigências constantes do Edital e de seus documentos técnicos encontram-se devidamente fundamentadas, não tendo sido identificadas ilegalidades, inconsistências técnicas, direcionamento ou restrição indevida à competitividade, estando o instrumento convocatório em conformidade com os princípios e disposições da Lei nº 14.133/2021.

3.3. Dessa forma, opina-se pelo indeferimento integral da impugnação apresentada, mantendo-se inalterados o Edital do Pregão Eletrônico nº 90002/2026, o Termo de Referência e os respectivos anexos.

### 4. ENCAMINHAMENTO

4.1. Ante todo exposto, esta Equipe de Planejamento da Contratação sugere o encaminhamento dos autos ao Pregoeiro responsável, para que proceda à decisão final quanto à impugnação, bem como adote as providências necessárias à ciência da empresa impugnante, nos termos do edital e da legislação vigente.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)  
**RENAN PHELIPE NASCIMENTO  
LEAL**  
Integrante Requisitante

(assinado eletronicamente)  
**GILDO MOURA DE  
CARVALHO**  
Integrante Técnico

(assinado eletronicamente)  
**DAVI LÚCIO DE ALMEIDA**  
Integrante Administrativo

Ciente,

Encaminhe-se à Coordenação-Geral de Logística Institucional - CGLI/SPOA, para conhecimento e, ato contínuo, à **Coordenação-Geral de Aquisições - CGAQ/SPOA, visando à continuidade dos procedimentos.**

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)  
**ILA MENESES ROLIM**  
Coordenadora de Patrimônio



Documento assinado eletronicamente por **RENAN PHELIPE NASCIMENTO LEAL, Assessor Técnico**, em 11/02/2026, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: [https://sei.agro.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **50363627** e o código CRC **0067BDD5**.

**Referência:** Processo nº 21000.060752/2025-66

SEI nº 50363627